



Cuiabá, 22 de setembro de 2020

Ao Banco Central do Brasil

Em atendimento ao disposto no Art. 4º da Circular 3.964, de 25 de setembro de 2019, elaboramos a presente carta de apresentação das demonstrações financeiras da **AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento** para o exercício findo em 30 de junho de 2020, que compreende:

1. Relatório da Administração;
2. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração do Resultado;
5. Demonstração do Resultado Abrangente;
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
8. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras objeto deste arquivo estarão disponíveis no endereço eletrônico www.al5bank.com.br.

A administração declara que é responsável pela correta apresentação das demonstrações financeiras e se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Patrícia Michelli Alves de Lima
Diretora Administrativa e Financeira

Derli Teobaldo Halberstadt
Contador
CRC/PR 42073/O-6



AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Cuiabá - MT

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2020

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	5
Balanço Patrimonial	8
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da AL5 S.A. CFI submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, Muller & Prei Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2020. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

Fatos novos relevantes

O ano de 2020 se iniciou com a expectativa de crescimento econômico e de expansão dos negócios após o lançamento das contas digitais “**AL5 BANK**”, ocorrido em dezembro de 2019. Entretanto, a chegada ao Brasil, no mês de março, da pandemia mundial provocada pelo vírus *Sars-CoV-2*, causador da doença denominada COVID-19, trouxe uma grave crise econômica e retração na maior parte dos setores da economia.

Neste contexto, a AL5 S.A. CFI, seguindo as diretrizes emanadas da alta gestão da Companhia, adotou medidas de proteção à seus colaboradores, que incluíram a pronta entrada em regime de trabalho remoto (*Home-Office*) para a cerca de 70% dos colaboradores, além de férias e compensação de horas para os demais, conseguindo realizar o distanciamento social com 100% de seu quadro.

Atualmente, aproximadamente 50% dos colaboradores ainda permanecem em trabalho remoto.

Para os colaboradores que retornaram ao trabalho presencial, a Companhia tomou medidas de segurança, como o distanciamento das estações de trabalho, o monitoramento diário da temperatura corporal, a disponibilização de produtos de higiene e máscaras, o acesso restrito ao escritório, além do acompanhamento e monitoramento pela equipe de medicina e segurança do trabalho.

Mesmo diante do cenário econômico enfrentado, a AL5 S.A. CFI, manteve seu quadro de 23 colaboradores durante o primeiro semestre de 2020.

Compreendendo o delicado momento econômico ao qual o Brasil atravessa, a Companhia também adotou medidas visando diminuir os impactos para seus clientes. Estruturou e disponibilizou ferramentas e canais para ofertar renegociações de operações de crédito, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.782, de 16 de março de 2020, que dispensou temporariamente a caracterização destas operações como “ativo problemático” para fins de gerenciamento do risco de crédito.

A taxa básica de Juros (Selic), que iniciou o ano em 4,5%, encerrou o período em 2,25%, menor índice histórico até aquele momento, e refletiu diretamente nas taxas praticadas pela instituição.

Durante o primeiro semestre de 2020, a AL5 S.A. CFI investiu no desenvolvimento de nova versão do seu aplicativo *mobile* das contas digitais, que passou a ser desenvolvido pela DB1 Global Software. A ferramenta ganhou melhor desempenho, novas funcionalidades e uma versão com layout mais organizado e funcional.

Apesar das dificuldades enfrentadas no primeiro semestre de 2020, a AL5 S.A. CFI trabalha em seu mais importante projeto para este ano: A entrada no Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), desenvolvido pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com o nome de *Pix*. Pagamentos instantâneos são transferências monetárias eletrônicas que ocorrem em tempo real entre remetente e destinatário. Este sistema ficará disponível 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana. Uma grande revolução em relação ao modelo de transferências de recursos atual, que está disponível apenas em dias úteis e com horário limitado.

O início da operação do *Pix* está previsto para o mês de novembro de 2020 e tem por finalidade reduzir custos, aumentar segurança e competitividade do mercado. A AL5 S.A. CFI está em fase avançada de testes para a entrada em produção.

Aspectos operacionais e desempenho econômico-financeiro

A AL5 S.A. CFI encerrou o período com 8.972 operações de crédito ativas e volume de recursos liberados no montante de R\$ 92.58 milhões, com receitas totais na ordem de R\$14.58 milhões e prejuízo no semestre de R\$ 2.798, em decorrência do expressivo aumento de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (R\$ 8.4 milhões) alavancado pelo cenário causado pela pandemia *COVID-19*. Em função destes fatos e da realização de gastos alocados no desenvolvimento de novas tecnologias, o resultado apurado ainda não refletiu a expectativa de projeção de nossas atividades retratado no Plano de Negócios para o exercício findo em 30 de junho de 2020.

Ainda assim, em cumprimento ao disposto no artigo 11 do regulamento anexo I à Resolução nº 4.122/2012 esta Administração declara que está buscando a aderência ao Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil (BACEN) e ressalta que a gestão de capital da Companhia é conduzida de maneira prospectiva com objetivo de mensurar e prescrever a necessidade de capital de forma a antecipar a possibilidade de eventos ou alterações nas condições do mercado. Tais medidas são efetuadas através, principalmente, do acompanhamento do Plano de Negócios e dos Ativos Ponderados por risco.

Por fim, destacamos que no cumprimento dos nossos compromissos e responsabilidades intrínsecos e próprios das atividades da Financeira, é compromisso da Administração garantir que as operações da AL5 S.A. CFI sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Cuiabá-MT, 22 de setembro de 2020.

Dante Pozzi
Diretor Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, (anteriormente denominada “Amaggi S.A. - CFI”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 22 de setembro de 2020.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1 S/MT
REGINALDO BESCOROVAINÉ
CONTADOR CRC-PR Nº 45.212/O-5 S/MT

AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Balço Patrimonial

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2020	31/12/2019		Nota	30/06/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		<u>98.294</u>	<u>74.915</u>	Passivo Circulante		<u>5.512</u>	<u>2.240</u>
Disponibilidades	5.a	56	278	Depósitos	12.a	3.736	10
				Depósitos a Prazo		3.736	10
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		<u>31.115</u>	<u>16.576</u>	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.b	762	752
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.b	31.115	16.576	Recursos de Aceites Cambiais		762	752
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos				Outras Obrigações		<u>1.014</u>	<u>1.478</u>
Financeiros Derivativos		<u>19</u>	<u>501</u>	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.a	-	95
Carteira Própria	6	19	501	Sociais e Estatutárias	13.b	-	342
				Fiscais e Previdenciárias	13.a	458	750
Operações de Crédito		<u>62.420</u>	<u>57.309</u>	Recursos Vinculados à Operações de Crédito	13.c	177	-
Setor Privado	7.a	71.363	59.403	Diversas	13.d	379	291
Setor Público	7.a	38	26				
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	7.c	(8.981)	(2.120)	Exigível a Longo Prazo		<u>69.848</u>	<u>55.470</u>
				Depósitos	12.a	3.521	-
Outros Créditos	8	2.363	237	Depósitos a Prazo		3.521	-
Diversos		2.363	237	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.b	65.737	55.470
				Recursos de Aceites Cambiais		65.737	55.470
Outros Valores e Bens	9	<u>2.321</u>	<u>14</u>	Outras Obrigações	13.c	590	-
Bens Não de uso Próprio		2.248	-	Recursos Vinculados à Operações de Crédito		590	-
Outros Valores e Bens		73	14				
Realizável a Longo Prazo		<u>22.813</u>	<u>21.275</u>	Patrimônio Líquido	14	<u>46.523</u>	<u>39.321</u>
Operações de Crédito		22.746	21.251	Capital			
Operações de Crédito - Setor Privado	7.a	24.314	21.678	De Domiciliados no País		50.000	50.000
Operações de Crédito - Setor Público	7.a	75	60	(-) Capital a Integralizar		-	(10.000)
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	7.c	(1.643)	(487)	Reservas de Lucros		12	12
				Lucros ou Prejuízos Acumulados		(3.489)	(691)
Outros Valores e Bens	9	<u>67</u>	<u>24</u>				
Despesas Antecipadas		67	24	Total do Passivo		<u>121.883</u>	<u>97.031</u>
Permanente		<u>776</u>	<u>841</u>				
Imobilizado de Uso	10	290	311				
Outras Imobilizações de Uso		400	394				
(-) Depreciações Acumuladas		(110)	(83)				
Intangível	11	<u>486</u>	<u>530</u>				
Outras Ativos Intangíveis		646	628				
(-) Amortizações Acumuladas		(160)	(98)				
Total do Ativo		<u>121.883</u>	<u>97.031</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado (Em milhares de Reais)

	Nota	Junho de 2020	Junho de 2019
Receitas de Intermediação Financeira	18.a	13.941	4.892
Operações de Crédito		13.668	3.585
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		268	1.294
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		5	13
Despesas da Intermediação Financeira		(11.123)	(2.284)
Operações de Captação no Mercado	18.b	(1.123)	(1.700)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(8.427)	(584)
Outras Despesas de Intermediação Financeira	18.c	(1.573)	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		2.818	2.608
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(3.535)	(2.223)
Receitas de Prestação de Serviços	18.d	572	135
Outras Despesas Administrativas	18.e	(2.109)	(1.084)
Despesas de Pessoal	18.f	(1.835)	(1.276)
Despesas Tributárias	18.g	(234)	(181)
Outras Receitas/(Despesas)	18.h	71	183
Resultado Operacional		(717)	385
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		(717)	385
Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.081)	(376)
Provisão para Imposto de Renda	15	(1.285)	(117)
Provisão para Contribuição Social	15	(796)	(88)
Ativo Fiscal Diferido		-	(171)
Lucro Líquido/(Prejuízo)do Período		(2.798)	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de Reais)

	Junho de 2020	Junho de 2019
Resultado Líquido	<u>(2.798)</u>	<u>9</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Líquido do Semestre	<u>(2.798)</u>	<u>9</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
do Semestre Findo em 30 de Junho
(Em milhares de Reais)

Eventos	Capital Integralizado	Aumento de Capital	(-) Capital a Integralizar	Reservas de Lucro		Lucros ou Prejuízos Acumulados	TOTAL
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.000	-	-	-	-	(583)	14.417
Aumento de Capital	15.000	20.000	(10.000)	-	-	-	25.000
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	9	9
Saldos em 30 de junho de 2019	30.000	20.000	(10.000)	-	-	(574)	39.426
Aumento de Capital	10.000	(10.000)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	237	237
Destinações							
Constituição de Reservas	-	-	-	12	-	(12)	0
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(342)	(342)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.000	10.000	(10.000)	12	-	(691)	39.321
Aumento de Capital	10.000	(10.000)	10.000	-	-	-	10.000
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	(2.798)	(2.798)
Destinações							
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2020	50.000	-	-	12	-	(3.489)	46.523
Mutações do Semestre	10.000	(10.000)	10.000	-	-	(2.798)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto
(Em milhares de Reais)

	Junho de 2020	Junho de 2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(717)	385
Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período		
Depreciações e Amortizações	89	32
Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	8.017	273
	<hr/>	<hr/>
	7.389	690
IR e CS Pagos	(2.081)	(205)
(Aumento)/Redução dos Ativos		
Títulos e Valores Mobiliários	482	(10.010)
Operações de Crédito	(14.623)	(14.784)
Outros Créditos	(2.126)	(173)
Outros Valores e Bens	(2.350)	-
Aumento/(Redução) dos Passivos		
Depósitos	7.247	-
Recursos de Aceites Cambiais	10.277	48.824
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(95)	44
Sociais e Estatutárias	(342)	-
Fiscais e Previdenciárias	(292)	178
Outras Obrigações	855	122
	<hr/>	<hr/>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	4.341	24.686
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6)	(150)
Aquisição de Intangível	(18)	(297)
	<hr/>	<hr/>
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(24)	(447)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	10.000	25.000
Juros Sobre Capital Próprio	-	-
	<hr/>	<hr/>
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	10.000	25.000
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	<hr/>	<hr/>
	14.317	49.239
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	16.854	11.774
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	31.171	61.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Nota 1. Contexto operacional

A AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“AL5 S.A. CFI”), anteriormente denominada Amaggi S.A. – CFI., é uma Companhia de Capital fechado, autorizada sua constituição pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de fevereiro de 2017 tornando-se operacional em agosto do mesmo ano, com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a funcionar em agosto de 2017 momento pela qual passou a atender aos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e preparar suas demonstrações financeiras com base no COSIF. Atua na forma de uma Financeira, que realiza operações de crédito como Capital de Giro na modalidade de empréstimo para atender as empresas fornecedoras da Amaggi, o Desconto de Recebíveis mediante a adiantamentos de recursos aos fornecedores desta Companhia, Crédito Consignado, modalidade de empréstimo pessoal com liquidação das parcelas por meio de desconto em folha de pagamento de colaboradores de empresas conveniadas, inclusive entidades públicas, Crédito Direto ao Consumidor, modalidade de empréstimo pessoal por meio de ferramentas digitais e correspondentes bancários, além de financiamento de veículos e outros bens, como máquinas e implementos agrícolas, sendo a captação de recursos realizada no próprio conglomerado e outras fontes no mercado, através da aplicação em Recibos de Depósitos Bancários (RDB) e Letras de Câmbio.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 06 de agosto de 2020, foi aprovado a alteração da razão social para AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, o que já foi aprovado pelo Banco Central do Brasil através do Ofício 20222/2020-BCB-DEORF., datado de 21 de setembro de 2020.

Nota 2. Base de Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, com alterações introduzidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), o que inclui os seguintes procedimentos contábeis emitidos pelo CPC:

CPC 00- Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03- Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04- Ativo Intangível, CPC 05- Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10- Pagamento Baseado em Ações, CPC 23- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24- Eventos Subsequentes, CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33- Benefícios a Empregados e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Através da Resolução CMN nº 4720, de 13 de maio de 2019, o órgão regulador, Banco Central do Brasil (BACEN), normatizou procedimentos para elaboração e divulgação a serem aplicados prospectivamente para as demonstrações financeiras relativas às datas-bases a partir de janeiro de 2020, passando a contemplar a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) e a alteração dos períodos de comparabilidade das demonstrações.

Em 4 de setembro de 2019, o Banco Central do Brasil (BACEN), emitiu a Circular CMN nº 3.959/19, que estabelece os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Esta circular detalha os agrupamentos de contas e critérios contábeis que devem ser adotados para as divulgações das demonstrações financeiras. Portanto, o Balanço Patrimonial ao final do período corrente foi comparado ao Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anteriores as demais demonstrações foram comparadas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis determinantes da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 22 de setembro de 2020.

Nota 3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado e contido nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos originais sejam iguais ou inferiores a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, as cotas de fundos de investimentos detidos pela AL5 S.A. CFI são avaliadas e classificadas como:

Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

e) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro-rata dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações de créditos contratadas com o cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50 mil são classificadas em função dos atrasos consignados no artigo 4º da Resolução 2.682, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao nível A. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, admitindo-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Outros Créditos e Outros Valores e Bens

São demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculadas “pro-rata dia” e provisão para perdas, quando julgado necessário.

g) Ativos circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

h) Imobilizado de Uso e Intangível

Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é registrada por meio do método linear, tendo como base as taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Intangível: O intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que a Companhia irá obter benefícios desses itens em até cinco anos. Estes são ajustados por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, conforme demonstração na Nota Explicativa nº 10.

i) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

j) Benefícios de Curto Prazo à Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime do lucro real estimativa mensal para apuração dos tributos.

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 conforme legislação fiscal em vigor, pertinente a cada encargo.

Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, além do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

l) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

A AL5 S.A. CFI revisa as estimativas e premissas, pelo menos por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

Nota 4. Processo de Gestão de Risco

a) Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de risco é uma ferramenta primordial para garantia do uso adequado do capital e a melhor relação entre o risco e o retorno para a AL5 S.A. CFI.

Dentro dos princípios de gerenciamento de riscos, deve haver o envolvimento dos gestores das áreas em todos os níveis da AL5 S.A. CFI, já que todos são responsáveis por avaliar, mitigar e controlar os riscos. Todos os colaboradores da AL5 S.A. CFI são responsáveis pela identificação e registro das ocorrências que impliquem em possíveis perdas financeiras.

O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades da AL5 S.A. CFI são realizados por pessoa independente por meio de políticas de controles, estabelecidos por meio de estratégias de operação, determinação de limites, assim como do monitoramento frequente das posições assumidas por meio de técnicas específicas, em conformidade com as diretrizes da AL5 S.A. CFI pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

b) Risco de Crédito

Conforme a Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) o Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação.

A estrutura de gerenciamento de riscos da AL5 S.A. CFI possui normas e procedimentos operacionais, buscando meios de identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de crédito associado às operações da Instituição.

c) Risco Operacional

A Resolução nº 4.557/17 define Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Na definição de risco operacional, inclui-se ainda o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades envolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional na AL5 S.A. CFI tem por objetivo a definição e revisão constante de ações, buscando a captura organizada de informações que permitem a identificação de fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e adoção de planos de melhoria correspondentes, considerando a adequada relação custo e benefício de sua implementação.

d) Risco de Mercado e Liquidez

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

A AL5 S.A. CFI, desde o início das suas atividades e da implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, busca desenvolver e aprimorar seus processos, visando manter contingente, ferramentas e metodologias adequadas ao seu enquadramento no Segmento 4 (S4), conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/17, desta forma as referidas estruturas devem ser:

- Compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;
- Proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela Instituição;
- Adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da Instituição; e
- Capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua.

A Resolução nº 4.557/17 define que o Risco de Liquidez é a possibilidade da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos, e obrigações.

A AL5 S.A. CFI possui uma estrutura para o gerenciamento do risco de liquidez, que tem por objetivo gerir e manter a liquidez necessária para honrar as suas obrigações no momento em que são devidas e assim garantir a continuidade dos negócios sem ocorrer em custos adicionais de captação ou perdas financeiras na liquidação de ativos.

e) Gestão de Capital

Por Capital entende-se como o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, que compõem o Patrimônio de Referência (PR), e que foram enquadrados e autorizados pelo Banco Central do Brasil especificamente para este fim.

f) Índice de Basileia

O Banco Central do Brasil, por meio das Resoluções n.ºs 4.192/13 e 4.278/13 instituiu a apuração do Patrimônio de Referência por meio da Resolução n.º 4.193/13 instituiu apuração do patrimônio de referência mínimo requerido (8%) para os ativos ponderados pelo risco (RWA). A instituição adota uma estrutura de gerenciamento de capital objetivando manter um nível mínimo de capital superior às exigências mínimas regulatórias. O índice de Basileia, em 30 de junho de 2020 apurado é de 46,30% frente a 39,69% em 31 de dezembro de 2019. A tabela abaixo demonstra, além do índice de Basileia, a composição do Patrimônio de Referência e as parcelas requeridas pelos ativos ponderados pelo risco (RWA).

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio de Referência	46.037	39.133
Patrimônio de Referência Nível I	46.037	39.133
Capital Principal	46.037	39.133
Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)	99.431	98.604
Risco de Crédito	81.055	78.989
Risco de Mercado	-	-
Risco Operacional	18.376	19.615
Índice de Basileia	46,30%	39,69%

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, é composto nesta data-base seguintes montantes:

a) Disponibilidades

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos bancários	56	278
Total	56	278

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2020	31/12/2019
Compromissadas (i)	31.115	16.576
Total	31.115	16.576

(i) Em 30 de Junho de 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro no montante de R\$ 31.115 com data de revenda prevista para o dia 01 de julho de 2020 (*Overnight*), desta forma, não há aplicações interfinanceiras de longo prazo.

Compromissadas (i)

Nota 6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está classificada de acordo com a Circular 3.068/01 do Banco Central do Brasil na categoria disponíveis para venda, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2020 apresentavam montantes de R\$ 19 e estavam representadas por aplicação em cotas de fundos de investimentos de curto prazo.

Composições da Carteira

	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
Títulos disponíveis para venda	19	19	501	501
Carteira Própria	19	19	501	501
Cotas de Fundos de Investimento (i)	19	19	501	501
Total	19	19	501	501

(i) O valor da aplicação em cotas do fundo reflete o valor da última cota divulgada pelo administrador do fundo e disponibilizada na CVM. Os saldos em Cotas de Fundos de Investimento são resgatáveis a qualquer momento.

Nota 7. Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Resolução CMN nº 2.682/99 dispõe sobre critérios para a classificação das operações de crédito, assim como para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em critérios de avaliação de risco de clientes/operações e atrasos. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos respectivos níveis de risco estão demonstradas a seguir:

a) Composição da Carteira de Crédito por Segmento Econômico e Nível de Risco:

Nível de Risco	Pessoa		Total	% Provisão	Provisão 2020	Pessoa		Total	% Provisão	Provisão 2019
	Jurídica	Física				Jurídica	Física			
A	5.450	27.757	33.207	0,5	166	6.677	31.062	37.739	0,5	189
B	15.043	3.093	18.136	1	181	14.177	2.904	17.081	1	170
C	22.639	4.090	26.729	3	801	17.341	4.668	22.009	3	660
D	398	3.109	3.507	10	351	166	581	747	10	75
E	-	2.662	2.662	30	799	2.519	246	2.765	30	827
F	2.266	2.294	4.560	50	2.280	-	70	70	50	35
G	1.634	1.510	3.144	70	2.201	216	90	306	70	214
H	909	2.936	3.845	100	3.845	-	450	450	100	437
Total	48.339	47.451	95.790		10.624	41.096	40.071	81.167		2.607

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a carteira de crédito estava composta de saldos:

Produto	30/06/2020			31/12/2019		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Consignado	9.377	3.075	12.452	9.850	2.885	12.735
Capital de Giro	30.137	14.021	44.158	24.151	9.487	33.638
Empréstimo Pessoal	27.496	4.561	32.057	18.970	5.290	24.260
Desconto de Recebíveis	-	-	-	2.130	-	2.130
Financiamento de Veículos	3.259	1.850	5.109	3.254	3.055	6.309
Financiamento Demais Bens	1.131	883	2.014	1.074	1.021	2.095
Total da Carteira de Crédito	71.400	24.390	95.790	59.429	21.738	81.167
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	8.981	1.643	10.624	2.120	487	2.607
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	62.420	22.746	85.166	57.309	21.251	78.560

	30/06/2020	Participação	31/12/2019	Participação
Setor Privado				
Pessoas Físicas	47.338	49,4%	39.985	49,3%
Outros Serviços	20.812	21,8%	11.803	14,5%
Comércio	13.914	14,5%	16.535	20,4%
Indústria	13.613	14,2%	11.625	14,3%
Rural	-	0,0%	1.133	1,4%
Setor Público				
Pessoas Físicas	113	0,1%	86	0,1%
Total	95.790	100%	81.167	100%

b) Composição da Carteira de Crédito por Vencimento:

Parcelas em Curso Normal:	30/06/2020	31/12/2019
De 1 a 30 dias	7.061	4.658
De 31 a 60 dias	5.392	7.679
De 61 a 90 dias	6.935	5.181
De 91 a 180 dias	21.110	15.862
De 181 a 360 dias	23.074	24.064
Acima de 360 dias	24.390	21.738
Subtotal	87.962	79.182
Parcelas Vencidas:		
De 1 a 14 dias	911	279
De 15 a 30 dias	761	224
De 31 a 60 dias	1.406	279
De 61 a 90 dias	1.328	351
De 90 a 120 dias	915	526
De 121 a 150 dias	1.170	70
De 151 a 180 dias	438	66
De 181 a 240 dias	425	82
De 241 a 360 dias	473	98
Acima de 360 dias	1	10
Subtotal	7.828	1.985
Total	95.790	81.167

c) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	(2.607)	(875)
Constituições	(8.459)	(2.443)
Baixas	442	711
Saldo Final	(10.624)	(2.607)

d) Concentração dos Maiores Devedores:

	30/06/2020	%	31/12/2019	%
Maior devedor	9.198	10	5.155	6
Dez maiores devedores ⁽¹⁾	34.415	36	29.782	37
Vinte maiores devedores	45.720	48	41.015	51
Cinquenta maiores devedores	53.349	56	48.002	59
Cem maiores devedores	54.887	57	49.447	61

(1) Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o maior volume de operações é de clientes pessoa jurídica com operações de Capital de Giro.

e) Resultado de Operações de Crédito:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Rendas com Empréstimos	12.969	3.425
Rendas com Direitos Creditórios	154	-
Rendas com Financiamentos	545	160
Total	<u>13.668</u>	<u>3.585</u>

f) Renegociação e recuperação de créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2020 registrou-se a recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 25, ante R\$ 7 no mesmo período do ano anterior.

Nota 8. Outros créditos – Diversos

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamentos e Antecipações Salariais (a)	28	23
Adiantamentos para Pagamentos (b)	4	-
Impostos e contribuições a compensar (c)	30	201
Imposto de Renda a recuperar (d)	13	13
Devedores diversos (e)	2.288	-
Total	<u>2.363</u>	<u>237</u>

(a) Adiantamentos e Antecipações Salariais

É composto por adiantamentos de salários (R\$ 12), décimo-terceiro salário (R\$ 6) e antecipação de férias (R\$ 10) realizados no primeiro semestre de 2020, que serão descontados em períodos futuros.

(b) Adiantamentos para Pagamentos

Adiantamentos à fornecedores, no valor de R\$ 4.

(c) Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar referem-se a valores de imposto de renda recolhidos ou retidos indevidamente em períodos anteriores, no valor de R\$ 30.

(d) Imposto de Renda a recuperar

Imposto de renda a recuperar refere-se a imposto de retidos na fonte oriundos de resgates de aplicações financeiras de períodos anteriores, no total de R\$ 13.

(e) Devedores Diversos

Refere-se ao recebimento de parcelas de operações de crédito do último dia útil, a serem liquidadas em "D+1", no valor de R\$ 2.288.

Nota 9. Outros Valores e Bens

Outros valores e bens está composto por Bens Não de Uso Próprio (R\$ 2.248), material em estoque (R\$ 28) e despesas antecipadas com a contratação de serviços de armazenamento de dados em ambiente digital, por um período de três anos (R\$ 112).

Outros Valores e Bens	30/06/2020		31/12/2019	
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Serviço de Armazenamento de Dados	45	67	112	38

Nota 10. Imobilizado de Uso

	Taxas de Depreciação (ao ano)	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	06/2020
				Valor Residual
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	250	(52)	198
Sistema de Processamento de Dados	20%	150	(58)	92
Total		400	(110)	290

	12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Taxa (%)	06/2020
Móveis e Equipamentos de Uso	210	-	-	(12)	10	198
Sistema de Processamento de Dados	101	6	-	(15)	20	92
Total	311	6	-	(27)		290

Nota 11. Intangível

	Taxas de Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	06/200
				Valor Residual
Outros Ativos Intangíveis	20%	646	(160)	486
Total		646	(160)	486

	12/2019	Adições	Baixas	Amortização	Taxa (%)	06/2020
Outros Ativos Intangíveis	530	18	-	(62)	20	486
Total	530	116	-	(62)		486

É representado por desenvolvimento de software e website registrado pelo custo de aquisição e amortizado, de forma linear, pelo prazo estimado de benefício econômico.

Nota 12. Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais

	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Acima de 3 anos</u>	<u>Saldo em 30/06/20</u>	<u>Saldo em 31/12/19</u>
Depósitos a prazo (a)	10	3.726	3.019	502	7.257	10
Recursos de Aceites e emissão de Títulos (b)	307	455	22.085	43.652	66.499	56.222
Total	317	4.181	25.104	44.154	73.756	56.232

(a) Depósitos a prazo

Representado por Recibo de Depósitos Bancários no montante de R\$ 7.257 com vencimento até 02 de maio de 2025 com taxa média de 123% do DI;

(b) Recursos de aceites cambiais

Representado por Letras de Câmbio no montante de R\$ 66.499 com vencimento até 05 de março de 2025 com taxa média de 99% do DI;

Nota 13. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Impostos e Contribuições A Recolher (i)	458	750
IOF a Recolher (ii)	-	95
Total	458	845

(i) Referem-se a valores de IRPJ e CSLL sobre o lucro apurado no mês de junho de 2020, Pis/Cofins sobre receitas financeiras, bem como INSS, FGTS e IRRF sobre folha em 30 de junho 2020, além de tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros.

(ii) O Governo Federal, por meio do Decreto nº 10.305, de 1º de abril de 2020, reduziu à zero a alíquota do IOF sobre operações de crédito contratadas no período compreendido entre 03 de abril a 03 de julho de 2020, em decorrência da pandemia do vírus Sars-CoV-2, não havendo saldo à recolher no período.

b) Sociais e Estatutárias

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2020</u>
Juros sobre capital próprio a pagar (i)	-	342
Total	-	342

(i) O pagamento de juros sobre capital próprio está previsto no Parágrafo 4º do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia e são equivalentes à distribuição e pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme caput do mesmo artigo.

c) Recursos vinculados à operações de crédito

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2020</u>
Operação Ativa Vinculada (i)	767	-
Total	767	-
Curto Prazo	556	-
Longo Prazo	590	-

(i) Realizado nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02, com vencimentos até 15 de abril de 2025.

d) Diversas:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	334	245
Credores diversos – País	45	46
Total	<u>379</u>	<u>291</u>

(i) As provisões referem-se a despesas de pessoal relativo a férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos, apropriadas mensalmente conforme regime de competência.

Nota 14. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito em 30 de junho 2020, é de R\$ 50.000, totalmente integralizado, representado por 50 milhões de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, assim a totalidade de ações representativas do Capital Social da Sociedade por Ações denominada AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Acionista		
Amaggi Participações Financeiras Ltda.	49.999	49.999
Hugo de Carvalho Ribeiro	0.01	0.01
Subtotal	<u>50.000</u>	<u>50.000</u>

Reservas de Lucros

Reserva Legal

Constituição obrigatória, em conformidade com artigos 182 e 193 da lei 6.404/76, à base de 5% do lucro líquido do período. Não foi apurado lucro no período.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízos acumulados	(3.489)	(348)
Juros Sobre Capital Próprio	-	(342)
Total	<u>(3.489)</u>	<u>(691)</u>

No primeiro semestre de 2020, a Companhia apurou prejuízo na ordem de R\$ 2.798.

Nota 15. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real estimativa mensal.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Correntes e Diferidos:

	30/06/2020		30/06/2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	(717)	(717)	384	384
Adições				
Permanentes	14	14		
Temporárias				
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	8.427	8.427	584	584
Prorrogação Licença Maternidade	-	-	5	5
Exclusões Permanentes	-	-		
Exclusões Temporárias	(2.416)	(2.416)	(184)	(184)
Prejuízo Fiscal	-	-	(235)	(235)
Base de Cálculo	5.308	5.308	554	554
IR e CS Apurado	1.315	796	125	88
Benefício do Pat	28	-	3	-
Prorrogação Licença Maternidade	2	-	5	-
Ativo Fiscal Diferido	-	-	107	64
Efeito do IR e CS no Resultado	1.285	796	223	152

Nota 16. Custódia dos títulos da carteira

O controle das cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo está sob a responsabilidade do Administrador do fundo investido.

Nota 17. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas conforme observado no Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 30 de outubro de 2008.

São partes relacionadas à esta Companhia os controladores e acionistas, seus familiares e diretores, membros-chave da administração.

Os valores de captação com partes relacionados são remunerados a taxa média de 107% do DI.

	Passivo		Despesas	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
Hermasa Navegação da Amazônia S.A.	(9.760)	(20.792)	(1.020)	(1.278)
Amaggi Exportação e Importação Ltda.	(28.393)	(27.603)	(891)	(220)
HFLC Administração e Participações Ltda.	(8.033)	(7.665)	(697)	(380)
Amaggi Participações Financeiras	(10)	-	-	-
Maggi Energia S.A.	(1.961)	-	(8)	-
Pessoas Físicas	(8.694)	-	(34)	-
Recursos de Aceites e emissão de Títulos	(56.851)	(56.060)	(2.650)	(1.878)

Os saldos com partes relacionadas em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 referem-se a captações em letras de câmbio.

a) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Foi definido pela presidência da AL5 S.A – CFI e aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, o teto de remuneração do pessoal-chave da Administração para o ano de 2020 o montante global de até R\$ 7.000 e para o ano de 2019 valor total de R\$ 500.

Nota 18. Outras informações

a) Receitas da Intermediação Financeira

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Operações de Crédito	13.668	3.585
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	268	1.294
Operações Com. Títulos e Valores Mobiliários	5	13
Total	<u>13.941</u>	<u>4.892</u>

b) Despesas de Captação

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
RDB	46	-
Letras de Câmbio Pós	1.077	1.700
Total	<u>1.123</u>	<u>1.700</u>

c) Outras Despesas de Intermediação Financeira

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Comissões (i)	1.573	-
Total	<u>1.573</u>	<u>-</u>

(i) Comissões pagas à correspondentes bancários pelos serviços de intermediação financeira em operações de crédito.

d) Receitas por Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Tarifa de cadastro	489	135
Aditamento de contrato	1	-
Emissão de contratos	82	-
Total	<u>572</u>	<u>135</u>

e) Outras Despesas Administrativas

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Contribuição Ordinária ao FGC	37	26
Processamento de Dados	930	516
Serviços Técnicos Especializados	256	158
Serviços do Sistema Financeiro	171	118
Seguros	17	13
Comunicações	52	13
Manutenção e Conservação	5	-
Serviços de Terceiros	206	76
Propaganda e Publicidade	21	-
Promoções e Realizações	12	4
Publicações	12	6
Material	14	1
Viagens	27	32
Amortização	63	16
Depreciação	27	17
Outras Despesas Administrativas	259	88
Total	<u>2.109</u>	<u>1.084</u>

f) Despesas de Pessoal

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Proventos	1.167	830
Encargos	320	263
Benefícios	335	174
Outros	13	9
Total	<u>1.835</u>	<u>1.276</u>

g) Despesas Tributárias

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
COFINS	171	140
PIS	28	23
ISS	33	17
IOF	2	1
Total	<u>234</u>	<u>181</u>

h) Outras Receitas e Despesas

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Outras rendas operacionais (i)	47	7
Outras rendas não operacionais (ii)	82	204
Outras despesas operacionais (iii)	(58)	(28)
Total	<u>71</u>	<u>183</u>

(i) Refere-se à recuperação de créditos baixados como prejuízo

- (ii) Refere-se a receitas de atualizações por valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa Selic, descontos obtidos, despesas recuperadas e comissões por intermediação financeira.
- (iii) Refere-se a despesas diversas inerentes a operação da AL5 S.A. CFI, tais como serviços de análises e informações para decisões de crédito, despesas postais, dentre outros.

j) Contingências

Em 2020 e 2019 não existiram processos judiciais ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos devidos.

k) Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o semestre findo em 30 de junho de 2020.

Dante Pozzi
Diretor Presidente

Patrícia Michelli Alves de Lima
Diretora Administrativa e Financeira

Derli Teobaldo Halberstadt
Contador – CRC-PR-042073/O-6